

**DECRETO Nº 18.967, DE 12 DE MARÇO DE 2015.**

**Altera os arts. 12, 13, 15 e 23 do Decreto nº 15.559, de 8 de maio de 2007, que regulamenta o artigo 32, inciso I, da Lei Complementar nº 133, de 31 de dezembro de 1985, dispondo sobre os procedimentos administrativo para a cedência de servidores a outros Poderes.**

**O PREFEITO MUNICIPAL DE PORTO ALEGRE**, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 94, incisos II e V, da Lei Orgânica do Município,

Considerando que compete ao Prefeito Municipal, nos termos do art. 94, inc. V, prover cargos, funções e empregos municipais, e praticar os atos administrativos referentes aos servidores municipais, salvo os de competência da Câmara Municipal; e

Considerando a necessidade de reorganizar os fluxos dos processos administrativos de cedência de servidores;

**D E C R E T A:**

**Art. 1º** Fica alterada a redação do art. 12 do Decreto nº 15.559, de 8 de maio de 2007, conforme segue:

“Art. 12. Todo e qualquer pedido de cedência deverá:

I – ser de interesse da Administração;

II – tramitar por meio de processo administrativo, preferencialmente pelo Sistema Eletrônico de Informações - SEI;

III – conter a informação do ônus da cedência, discriminando valores e especificando quanto à necessidade ou não de ressarcimento;

IV – ser instruído pela SMA;

V - conter a ciência do servidor quanto aos termos do afastamento; e

VI – conter manifestação do titular da respectiva pasta.

§ 1º Concluída a instrução do processo administrativo por meio da manifestação do Prefeito, será:

I – providenciada a publicação do ato de cedência ou o despacho de indeferimento; e

II – oficiado ao órgão cessionário.

§ 2º O servidor somente poderá se afastar de suas atividades nos órgãos municipais depois de publicada a cedência no Diário Oficial de Porto Alegre.

**Art. 2º** Fica alterada a redação do art. 13 do Decreto nº 15.559, de 2007, conforme segue:

“Art. 13. O encaminhamento de servidores para o órgão cessionário ocorrerá com ofício assinado pelo Prefeito Municipal, onde deverá constar a data de início da cedência, devendo uma cópia do mesmo ser juntada ao processo de cedência.”

**Art. 3º** Fica alterada a redação do art. 15 do Decreto nº 15.559, de 2007, conforme segue:

“Art. 15. Quando o servidor retornar ao órgão de origem, no Município, deverá apresentar-se junto à SMA/SRH/CSI/ECCMP, munido de ofício assinado pelo órgão cessionário.

Parágrafo único. O servidor deverá retornar ao exercício de suas funções junto ao órgão de lotação original, na data de reapresentação ao Município.

**Art. 4º** Fica alterada a redação do art. 23 do Decreto nº 15.559, de 2007, conforme segue:

“Art. 23. Os atos de cedência da Administração Direta e Indireta do Município somente poderão ser autorizados com permuta ou ônus para o destino, podendo o Prefeito autorizar outras condições, considerando os fundamentos e justificativas apresentadas.

Parágrafo único. Os atos de cedências em vigor poderão ser revisados, visando adequar às regras desse regulamento.”

**Art. 5º.** Este Decreto entra em vigor na data de publicação.

PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO ALEGRE, 12 de março de 2015.

José Fortunati,  
Prefeito.

Elói Guimarães,  
Secretário Municipal de Administração.

Registre-se e publique-se.

Urbano Schmitt,  
Secretário Municipal de Gestão.